

AS NARRATIVAS E OS ARRANJOS DA TERMINOLOGIA RACIAL NO PERÍODO ESCRAVISTA BRASILEIRO: O CASO DE ANTONIO FERREIRA CESARINO

Daniela do Carmo Kabengele¹

RESUMO: Este artigo circunscreve as narrativas sobre a trajetória de Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o colégio que fundou em meados do século XIX em Campinas-SP. Além de seus feitos dignos de nota, o mais interessante a notar, neste trabalho, é que as narrativas sobre Cesarino não contam que ele era negro. Assim, é importante reconhecer a dimensão simbólica que está por trás das lacunas, posto que, muitas vezes, os elementos necessários ao entendimento de determinados sujeitos e do contexto social em que vivem surgem não apenas da análise do que é dito, mas também daquilo que é silenciado. Na primeira parte, passa-se em revista a trajetória de Cesarino. Na segunda, apresenta-se o colégio que fundou e, em seguida, os fatores que permitiram sua fundação e condução. Na parte conclusiva, a lógica da terminologia racial do período escravista adensa nossas considerações

PALAVRAS-CHAVE: narrativas; omissões; Cesarino; escravismo; terminologia racial.

ABSTRACT: This article circumscribes narratives about life course of Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892) and the school that he founded in the middle of the nineteenth century, in Campinas city. Besides his deeds worthy of note, the most interesting to note in this work is that narratives about Cesarino not tell is he

¹ Doutora, mestra e graduada em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora-visitante na University of Texas at Austin, com bolsa Fulbright. Professora titular do Centro Universitário Tiradentes – Unit, em Maceió-AL. Integrante do Núcleo Interdisciplinar de Pós-Graduação.

was Afro-Brazilian man. It is necessary to recognize the symbolic dimension that underlies the gaps, since often the elements necessary to the understanding a person and the social context are in silences. The first part outlines Cesarino' life course. The second part presents the school he founded and then the factors that led to the foundation and continuity. In conclusion, the logic of racial terminology of the slavery period clarify our considerations.

KEYWORDS: narratives; omissions; Cesarino; slavery; racial terminology.

Introdução

“O Colégio Perseverança do Cesarino e sua mulher pardos tem muitas meninas e é conceituado”

(*Diário do Imperador*, v. 16, 25 de agosto de 1875, Arquivo Histórico do Museu Imperial).

Entre os dias 18 e 31 de agosto de 1875, o Imperador do Brasil, D. Pedro II, seguia viagem pela Província de São Paulo visitando várias cidades. Ao contrário do pai, D. Pedro I, que enfrentara três guerras, abdicara do trono e morrera cedo, aos 35 anos de idade, D. Pedro II pôde aproveitar “o lado bom” da vida de imperador. Fez várias viagens pelo Brasil e pelo mundo (Europa, Estados Unidos, Egito, Líbano e diversos outros países) e, nessas ocasiões, encontrava as elites locais, frequentava jantares, museus e eventos. O imperador registrava tudo isso em documentos, desenhos e diários. E assim foi: na manhã do dia 25 de agosto de 1876, a comitiva real apeou na cidade de Campinas e, após um almoço “excelentemente preparado” por um ilustre local, o imperador foi conhecer alguns estabelecimentos comerciais e de ensino da cidade. Restringindo-nos ao que nos interessa, cabe notar que, naquela tarde, Sua Majestade esteve no colégio de Antonio Ferreira Cesarino e registrou em seu diário as suas impressões – positivas, vale dizer – a respeito do colégio, impressões essas que foram acima transcritas.

Outra valiosa fonte consultada, o *Relatório do Presidente da Província de 1865*, traz em seus anexos a relação de colégios femininos em atividade na Província de São Paulo naquele ano. Dos 16 colégios listados em nove cidades, encontrava-se em Campinas o colégio dirigido por D. Bernardina Gomes Cesarino, filha mais velha de Antonio Ferreira Cesarino. Em 1865, cinco anos após a sua fundação, o colégio dos Cesarinos atendia a “44 alumnas”². Muitas, diziam, “bem-nascidas”. Pelo menos esse foi o parecer de alguns contemporâneos ao colégio. O jornalista Henrique Barcellos (1854-1911), por exemplo, sublinhou que o Perseverança era “frequentado por filhas das melhores famílias de Campinas”³. Por seu turno, o jornalista e memorialista Leopoldo Amaral (1856-1938), escrevendo sobre as alunas daquele colégio, observou que eram “algumas [alunas] pertencentes às primeiras famílias desta cidade”⁴. Opinião parecida expressou, um século adiante, um bisneto de Cesarino, o também ilustre Antonio Ferreira Cesarino Júnior, que em suas *Memórias*, de 1982, observou que o estabelecimento de ensino fundado por seu bisavô atendia a “moças, filhas de fazendeiros da região”⁵.

Ora, como foi possível um professor negro fundar e conduzir junto com seus familiares um estabelecimento de ensino, conforme atestam as fontes, de largo reconhecimento e prestígio social?

As razões que remontam a esses acontecimentos constituem as linhas de força deste trabalho. A primeira parte do artigo passa em revista acontecimentos da trajetória do fundador do colégio,

² “Relatório do Presidente da Província de São Paulo de 1865”. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/sao.htm>→Collections→Digital Collections→Collections→Brazilian Government Documents→Browse→Provincial President Reports (1830-1930)→São Paulo→Anexos do relatório→A1-34→Collegios Particulares do Sexo Feminino>. Consultada em 15 de janeiro de 2012.

³ Fundo Antonio Ferreira Cesarino Junior, Pasta 3, I- Origens, Centro de Memória, Universidade Estadual de Campinas.

⁴ Fundo Jolumá Brito, Serie 10-Personagens, “C”, P316, fl. 4, Centro de Memória, Universidade Estadual de Campinas.

⁵ Fundo Antonio Ferreira Cesarino Junior, Mb, P3, 11- Memórias de um Pagem, fl. 4, Centro de Memória, Universidade Estadual de Campinas.

Antonio Ferreira Cesarino. A segunda observa características que conformavam os conteúdos ensinados no Colégio Perseverança. Em seguida, são observados os fatores históricos que permitiram a abertura e a condução do colégio. A parte conclusiva traz o designativo de cor “pardo” da terminologia racial da época e dialoga com suas implicações.

1. Notas sobre a trajetória de Cesarino

Em 1808, na Vila do Paracatu do Príncipe, noroeste da então Província de Minas Gerais/Brasil, nasce Antonio Ferreira Cesarino. Em relação à mãe de Cesarino, não se sabe nem o nome, apenas que morreu logo após o menino nascer e que o pequeno foi confiado a uma tia paterna, que o criou em uma das fazendas próximas à vila. A tia Mariana, de quem também pouco se sabe, ensinou-o a ler, a escrever e a contar. O pai, o tropeiro Custódio, não o viu nascer, pois estava a muitas léguas de distância, seguindo viagem pelos sertões e por outras províncias do Brasil. Órfão de mãe, criado pela tia, Cesarino só conheceu o pai aos seus 11 anos de idade, quando o tropeiro retornou à Vila do Paracatu do Príncipe. Não foi possível encontrar fonte que permitisse afirmar se Cesarino nasceu escravo ou livre. Certo é que, na lista de habitantes da Vila de São Carlos (futura cidade de Campinas, interior de São Paulo), vila para qual pai e filho se dirigiram após o encontro, Cesarino não aparece como escravo; portanto, se tivesse sido escravo, aos 14 anos de idade já não era mais.

Por volta dos 12 anos de idade, acompanhado pelo pai tropeiro, o menino deixa a Vila do Paracatu do Príncipe com destino à então Vila de São Carlos. Não muito tempo após chegarem à nova morada, o pai tropeiro morre. Órfão de pai e mãe, Cesarino passou a viver como agregado de um importante fazendeiro da região, o poderoso capitão-mor João Francisco de Andrade, “este João Francisco, [foi] a maior autoridade da Vila de S. Carlos durante longos vinte e quatro anos, isto é, até 1828, quando o cargo foi extinto” (Farjallat, 1972).

É importante notar que o rapazinho Cesarino sabia ler e escrever e esse saber era um predicado raro na localidade e em

todo o Brasil, posto que na sociedade brasileira do século XIX, “entre a população livre, apenas 23,43% dos homens e 13,43% das mulheres sabiam ler e escrever, numa média de 18,56% de alfabetizados; incluídos os escravos, essa média final descia para 15,75%” (Chalhoub, 2003: 282). No final do século XIX e início do XX, a taxa de analfabetismo se manteve em torno de 80% da população. Saber ler e escrever eram predicados raros, estimados e usualmente aproveitados nas primeiras décadas do século XIX. Talvez mesmo em decorrência dessa raridade, estima e aproveitamento, Cesarino se encontrasse inserido no halo do capitão-mor. O que se sabe, ao certo, é que, com o tempo, Cesarino, já adulto, tornou-se feitor de engenho naquelas lavras. Fosse acompanhando as etapas da produção da cana de açúcar, fosse no conhecimento dos tempos de plantar, limpar, cortar e fazer a roça, fosse ainda no trato com os escravos ou na defesa das terras do seu senhor – e em tudo o que fosse necessário à lida e à boa produção do canavial –, Cesarino trabalhava arduamente naquela fazenda e por esse trabalho, segundo o autor de sua elegia, “ganhou o respeitável salário de 160 réis por dia!”⁶. Alcançando a confiança do fazendeiro, desempenhando uma função de destaque na fazenda e passando a receber um salário digno de nota, Cesarino seguiu vivendo de maneira diferenciada, mobilizando conteúdos considerados sofisticados à época: na fazenda do capitão-mor, Cesarino aproveitava “as horas vagas para alargar os estudos, entre eles o de música, com Maneco músico (Manoel José Gomes), pai de Carlos Gomes”⁷, um dos maiores compositores e maestros de ópera brasileiros.

Ao deixar a fazenda, Cesarino passa por um rol de ocupações: carpinteiro, músico e alfaiate. Em relação ao ofício de alfaiate, sabe-se que “estabeleceu-se e ia bem”: mais uma vez ele firmara-se em uma atividade que o remunerava satisfatoriamente. A isso acrescenta-se o fato de que, ainda naquela época, trabalhando

⁶ Fundo Jolumá Brito, série 10, “C”, P316, fl. 4, Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas.

⁷ Jornal *O Tempo*, dezembro de 1951 a Janeiro de 1952.

como alfaiate, Cesarino começara a estudar à noite, “com esforço, até conseguir o diploma de professor”⁸.

No final da década de 1820, Cesarino casa-se com Balbina Gomes da Graça, negra e alfabetizada. Então, torna a estabelecer-se profissionalmente, ainda no ramo de vestuário, mas agora na comercialização de fazendas (tecidos). Ao que parece, esse negócio deu certo por algum tempo. Tempos depois, com os ventos soprando ao contrário, Cesarino foi tentar a sorte em outra freguesia. Ou melhor, em outras freguesias, pois entendeu salvar-se indo mascatear. Esteve no Paraná e no Rio Grande do Sul procurando vender suas mercadorias, até que um dia voltou, são e salvo, e com réis no bolso, pois nessas andanças havia conseguido juntar dinheiro. De volta a Campinas e sem perda de tempo, Cesarino e Balbina abriram outro negócio que, diferente dos anteriores, perdurou por um longo tempo, com o qual ficou conhecido na cidade, constituindo parte de sua história.

2. O Colégio Perseverança

Em 10 de março de 1860, Antonio Ferreira Cesarino e sua esposa Balbina Gomes da Graça Cesarino abrem as portas de um colégio feminino na então pujante cidade paulista de Campinas. Situado no centro da cidade, inicialmente na rua do Alecrim, nº 1, esquina com a rua América (atual Dr. Quirino), o Colégio Perseverança encontrava-se localizado, anos após a inauguração, na Rua do Comércio (atual rua General Osório), em frente ao atual Centro de Convivência da cidade.

De acordo com as percepções da época, havia uma diferença básica entre colégios e escolas, sendo os primeiros vistos como estabelecimentos que ofereciam educação mais aperfeiçoada, ou seja, que observavam a variedade e a excelência nos conteúdos e que podiam funcionar em regime de internato, semi-internato e externato – nesse último caso, atendendo àqueles que residiam na cidade. As escolas, por sua vez, eram percebidas como locais

⁸ Fundo Antonio Ferreira Cesarino Junior, Mb, P3,11, fl. 3, Centro de Memória, Universidade Estadual de Campinas.

de instrução um pouco mais rasa e funcionavam comumente em regime de externato (Ribeiro, 2006).

Até onde se sabe, o estabelecimento de ensino dos Cesarinos, além de funcionar em regime de internato (Lapa, 1996; Barbosa, 1997; Ribeiro, 2006), oferecia, como se verá, uma educação que primava por conteúdos variados. Os valores das matrículas variavam segundo a forma de permanência no colégio, e as aulas de música e piano eram cobradas à parte.

O quadro docente desse colégio compunha-se por membros da família e outros. Da família, apresentavam-se o próprio Cesarino, sua esposa e as filhas do casal: Amancia, Bernardina e Balbina filha. Da sociedade campineira, compunham o quadro o jornalista/memorialista Leopoldo Amaral, já mencionado anteriormente, e Amador Florence. De família abastada, Amador Florence era o filho mais velho do primeiro casamento de Hércules Florence, pioneiro da fotografia no Brasil. Amador Florence viria a se tornar, anos após sua estada no Colégio Perseverança, professor de Latim, Francês e Desenho no renomado Colégio Culto à Ciência e, anos mais tarde, tornar-se-ia um de seus diretores. Igualmente abastado, Leopoldo Amaral era um funcionário público da cidade e, na maturidade, tornou-se um proeminente jornalista, que escreveu sobre temas e aspectos da história de Campinas. Ambos eram professores e participantes da elite socioeconômica e cultural da cidade e mantinham relações profissionais e de amizade com Cesarino.

No Colégio Perseverança, ensinavam-se “Primeiras Letras, Arithmetica, Portuguez, Francez, Geographia, Historia, Musica e todas as Prendas Domésticas”⁹. Também se ensinavam Desenho, Canto, Dança (Ribeiro, 2006). E se muito provavelmente uma filha do casal, a Balbina filha, professora de piano, respondia pela disciplina de música, arrisca-se dizer que Balbina mãe em muito contribuía no ensino das prendas domésticas. A direção do colégio, conforme faz saber o já referido *Relatório*, estava nas mãos de Bernardina Cesarino, filha mais velha do casal. E parece

⁹ Fundo Jolumá Brito, Serie 10-Personagens, “C”, P316, s/n, grafia original, Centro de Memória, Universidade Estadual de Campinas.

ser bem provável que aquelas mulheres da família Cesarino, católicas praticantes que eram, rezassem junto com as alunas as sessões diárias de ave-marias.

Mas que se voltem rapidamente os olhos para um conteúdo tido como importantíssimo nos colégios femininos daquele tempo: as prendas domésticas. A atenção ao ensino-aprendizado das prendas domésticas era tanta que as aulas podiam ser, inclusive, particulares. No rol dos tópicos compreendidos, estavam os afazeres ligados à cozinha e ao preparo da comida, à costura, ao bordado de todas as qualidades, aos tipos de renda e de tricô, à identificação e cuidado com as flores e a tudo o que tivesse relação com o bom andamento de uma casa, para que aquelas moças pudessem, quando casadas, desempenhar os trabalhos, mas, sobretudo, para que soubessem orientar, distribuir tarefas e avaliar os resultados. Enfim, naquele cenário, o ensino-aprendizagem das prendas domésticas para aquelas moças abastadas era realizado com vistas ao exercício efetivo da gestão doméstica (Lapa, 1996).

A língua estrangeira e as notas musicais do piano estariam somando refinamento aos dotes de uma moça. Não é preciso insistir na ideia de que, entre os aspectos relativos e adequados à educação das mulheres de meados do século XIX, ainda estavam presentes conteúdos que enalteciam os chamados atributos femininos, como suavidade, doçura, bom comportamento, virtude, entre outros. E embora as resistências a esse modelo tenham, de fato, existido, percebidas na burla de algumas mulheres da elite que, na segunda metade do século XIX, dirigiam-se para outros países em busca de educação superior, o ideal propagado na sociedade brasileira da época, em se tratando da educação feminina, ainda resvalava na “preparação para a permanência no espaço privado” (Ribeiro, 2006: 56). Recorrente nos escritos do final do século XIX que se reportam ao Perseverança, era um tipo de elogio que se fazia e que contextualmente o bem qualificava. As meninas e moças que pelo Perseverança passavam estavam sujeitas a “um influxo d’aquella excelente regimem, [e, por isso, tornar-se-iam] virtuosíssimas mães de família” (Ribeiro, 2006: 48).

Ora, já havia passado o tempo em que as famílias ricas de Campinas queriam e mantinham filhas analfabetas em casa, pois a

racionalidade positivista flagrada na cidade em meados do século XIX via com bons olhos a aquisição de uma educação científica; porém, ainda era o tempo em que as moças campineiras, mesmo que letradas, continuavam a ser preparadas para a vida do lar. E, nessa chave, o ensino-aprendizado de prendas domésticas respondia a anseios sociais bastante reais. Pode-se dizer que, em tal cenário, o ensino-aprendizagem das prendas domésticas para aquelas moças era realizado com vistas ao exercício efetivo da gestão doméstica.

Em relação ao fechamento desse colégio, a literatura apresenta informações conflitantes. Barbosa (1997) afirmou que o Perseverança deve ter desaparecido no final do ano de 1876, quando Cesarino declarou a um jornal que fechara seu estabelecimento de ensino para meninas. Nessa perspectiva, o colégio funcionara por exatos dezesseis anos. Em contrapartida, Ribeiro (2006), em seu estudo sobre colégios femininos na cidade de Campinas, considerou que o colégio dos Cesarinos deve ter funcionado até o ano de 1885, pois a partir daí não encontrou mais referências a seu respeito. Lapa (1996) também apontou o ano de 1885 como provável para o fechamento do colégio. Nesse ponto, as informações desses últimos dois autores parecem as mais factíveis, haja vista que no próprio jornal *A Gazeta de Campinas*, do ano de 1883, pode-se encontrar informações a respeito do colégio funcionando naquele ano. Assim, contam-se 23 anos de funcionamento daquele estabelecimento.

3. Fatores que permitiram a criação do Colégio Perseverança

Conhecidos alguns aspectos do Colégio Perseverança, talvez valesse a pena neste momento nos determos em alguns fatores que conformaram o contexto socioeconômico da Vila de São Carlos (futura cidade de Campinas) e que permitiram aos nossos personagens fundar aquele estabelecimento de ensino. Não se trata, bem entendido, de descrever em detalhe as forças que atuaram na evolução econômica e social da localidade. O objetivo aqui consiste em indicar alguns traços que contribuíram para o entendimento das mudanças que

se fizeram sentir naquela localidade paulista de meados do século XIX e que tinham a ver com a expansão da lavoura cafeeira, o acúmulo de capital privado e as transformações ocorridas na cidade e na mentalidade de seus habitantes.

Se assim for, talvez se possa começar mencionando que, na Vila de São Carlos, a expansão da lavoura cafeeira encontrou uma de suas mais fortes expressões, haja vista que, desde o ciclo econômico anterior, com a cultura do açúcar, a localidade já se orientava para a produção voltada para o mercado externo e, por isso mesmo, encontrava-se relativamente equipada para a produção em larga escala, acentuando cada vez mais o desenvolvimento de maquinários e implementos, de benfeitorias e edificações, apostando na concentração de mão de obra escrava e estabelecendo um sistema de transportes regular, constituído inicialmente por tropas de muares (e, a partir de 1872, por ferrovias). Dessa forma, os fazendeiros da localidade puderam se inserir na produção cafeeira de modo bastante competitivo. E se na cultura do café objetivou-se a base dos rendimentos da população agrária paulista, os grandes produtores da vila passaram, então, a concentrar um dos mais significativos capitais privados da região (Luna e Klein, 2005).

Sob o impulso desses capitais, transcorreram significativas transformações na cidade de Campinas, transformações essas que se fizeram sentir quando os grandes proprietários de terra deixaram de morar no campo e passaram a construir sobrados residenciais na cidade, exigindo adequação necessária para isso. E é justamente na chave da implementação de benfeitorias que “cresceu a tendência em promover melhoramentos urbanos” (Viotti da Costa, 1977: 197).

O desenvolvimento dos serviços de utilidade pública como iluminação, água, esgoto e transporte urbano, além de situar a cidade de Campinas entre as de maior desenvolvimento urbano da época, respondia a algumas adequações que se fizeram necessárias. Se do predomínio econômico da lavoura cafeeira estavam se derivando marcantes implicações estruturais na cidade, algumas novas formas de pensamentos e valores também estavam sendo arremetidas em diferentes níveis por distintos grupos sociais.

E não se pode compreender o significado dessas transformações sem se pensar na importância que certos grupos estavam dando à educação. Tendo no horizonte o crescimento econômico e as transformações dele advindas, mas também a extrema desigualdade e as muitas contradições presentes na sociedade, alguns grupos que vinham ganhando projeção e se tornando influentes na cidade – como os liberais e os republicanos, por exemplo – enxergavam na educação a solução para o desenvolvimento social. Ao progresso da cidade, respondiam com o letramento de seus cidadãos. E se o alcance dessa ideia pôde ser percebido nas muitas escolas que se abriram na cidade a partir da segunda metade do século XIX, estiveram na batalha a favor dela, direta e indiretamente, nomes de peso da sociedade campineira da época e figuras históricas da cidade, como Campos Salles, Francisco Quirino dos Santos e Francisco Glicério.

Com isso, vê-se que as transformações naquela localidade brasileira não ocorreram apenas no plano do tangível, mas estavam em curso no comportamento social e na mentalidade de seus habitantes. Sob o acento daqueles que detinham o capital privado e se constituíam como formadores de opinião, a criação de escolas representou parte do projeto das elites dirigentes. Em síntese, se naquela época existia um lugar propício à abertura de um estabelecimento de ensino, esse lugar era a (já) cidade de Campinas – e Antonio Ferreira Cesarino, homem vivido e ativo, teve consciência disso. Captando as demandas que perpassavam a sociedade campineira naquele momento e os reclames das elites da cidade pela criação de escolas, Cesarino entendeu que podia levar adiante uma empreitada daquela natureza.

Considera-se, também, o fôlego que Cesarino tinha para o mundo dos negócios e o dinheiro de que dispunha no final da década de 1850. Porém, não bastavam apenas disposição e dinheiro no bolso para abrir um colégio. Aos necessários recursos financeiros que a criação de um empreendimento daquela natureza exigia, some-se o suporte de credenciais adequadas. E aqui entram em cena os predicados de Cesarino e de suas filhas. Formação escolar Cesarino tinha, pois, como foi visto, de menino letrado a estudante noturno, o jovem havia conquistado

um diploma de professor. Acrescenta-se a essas prerrogativas a hipótese de que, por ocasião da abertura do colégio, suas filhas também já tinham uma formação escolar adequada, que as habilitava para lecionar.

Em relação à boa aceitação e reputação do Colégio Perseverança naquela cidade, alguns fatores devem ser considerados. Em primeiro lugar, a dosagem de sua proposta pedagógica, que alinhavava tópicos que permitiam a instrução das moças àqueles que resguardariam os ainda caros valores e anseios da época. Vimos que as primeiras letras, os conteúdos de Aritmética, Português, Geografia e História faziam parte da grade curricular do colégio, assim como Francês, Música, Desenho, Canto, Dança e todas as prendas domésticas. Em suma, a rotina estabelecida e os conteúdos ensinados no Colégio Perseverança comungavam com os valores e conhecimentos em voga na época no que concerne à educação feminina. E, ao que parece, os proprietários do colégio, mais do que compartilhar dos valores ainda em voga na sociedade campineira, souberam alçá-los ao sabor das novas demandas sociais. Na combinação de uma instrução formal aperfeiçoada com o preparo das moças para o casamento, o Perseverança ia, a contento, formando suas alunas e, dessa forma, tendo reconhecimento.

Outro fator que deve ser levado em conta para a boa reputação do colégio é a presença dos indivíduos que lá ensinaram: um professor de Latim de família ilustre; um promissor funcionário público, que mais tarde tornar-se-ia um proeminente jornalista da cidade; e um padre cuja batina poderia infundir seriedade por onde passasse – pois não se pode esquecer de que se tratava de uma localidade de tradição católica –, todos esses sujeitos que carregavam consigo a envergadura de suas pertenças, afixando, dessa forma, a reputação do colégio.

Se os dados disponíveis não são capazes de revelar o momento exato e a maneira específica pela qual Cesarino conheceu e travou relações com cada uma dessas pessoas, aglutinando-as ao espaço do colégio, nota-se, todavia, uma cordialidade entre elas. Por exemplo, sabe-se que, no ano de 1875, Cesarino teria convidado o jornalista Leopoldo Amaral

para participar da banca dos exames de final de ano do colégio e que o resultado da participação de Leopoldo na banca teria sido excelente. Cesarino simpatizou tanto com o sistema de perguntas de Leopoldo que, então, insistiu com ele para ensinar francês às meninas mais adiantadas em seu colégio. Decorridas as férias, lá estava Leopoldo dando a primeira aula de francês, para alegria do velho Cesarino.

Cabe salientar ainda que Cesarino parece ter se valido de certas práticas de sociabilidade e delas derivaram uma boa impressão para o seu colégio. Era dezembro de 1875 quando, em uma noite, Cesarino promoveu um baile no Perseverança e, desse baile, tomou parte o corpo discente, nas figuras das muito “desembaraçadas” alunas, as famílias das alunas, os professores e outras pessoas da sociedade local. O major Moraes Sarmiento, por exemplo, esteve presente no baile e, pelo que dizem, foi um dos que mais dançou: “o Major Sarmiento se deve lembrar [daquele baile], e como a gente tinha vinte annos, foi um dançar sem fim”¹⁰. Conquanto o jovem Moraes Sarmiento e seus amigos tenham muito bailado naquela noite; as alunas, em seus desembaraços, tenham garantido não só os passos de dança, mas também a alegria da festa; e as recordações satisfatórias a respeito do baile tenham sido manifestas, o que se deve observar com esse evento é que Cesarino fazia a promoção de seu colégio também pela via da sociabilidade.

Há que se notar também que Cesarino cumpria certos requisitos e procedimentos que permitiam o bom andamento do seu colégio. Em dezembro de 1872, realizou-se no colégio a entrega de prêmios para as alunas que passaram nos exames finais com distinção. Nessa ocasião, o colégio recebeu a visita do “inspector do distrito, o capitão Pimenta, e dos Srs. Diogo Pupo, Dr. Américo Brasiliense de Almeida Mello e Dr. Manuel Ferraz de Campos Salles” – os dois últimos membros da *Sociedade Culto à Ciência*. A presença do inspetor do distrito era obrigatória para dar validade aos exames, principalmente em se tratando de escolas privadas.

¹⁰ Fundo Jolumá Brito, série 10-Personagens, “C”, P316, fl. 5, grafia original, Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas.

De todo modo, a presença de uma autoridade e a presença de notáveis eram tomadas como um fator político, na medida em que as diretorias de escolas da época demandavam essas presenças em busca da cidadania e do reconhecimento público.

Cumprindo os requisitos, atinando com os procedimentos que favoreciam seu colégio, Cesarino e o Perseverança seguiam bem. Pelo exposto, considero que a criação daquele colégio e a boa reputação que teve foram possíveis graças ao alinhamento de fatores tão diversos quanto vigorosos, que remontam desde o contexto sócio-histórico favorável – em que a criação de escolas, mais do que incentivada, constituía um projeto de grupos proeminentes da cidade –, ao dinheiro de que Cesarino dispunha para a criação do colégio e à sua disposição, em se tratando de investidas no mundo dos negócios. Somam-se a isso seus predicados pessoais e aportes educacionais, que se uniram aos de suas filhas, e a boa relação com destacados nomes da sociedade campineira. O cumprimento de requisitos burocráticos, a atenção dada a procedimentos que favoreciam o reconhecimento do colégio e as práticas de sociabilidade são elementos que contribuíram para que Cesarino fundasse e mantivesse seu colégio na cidade de Campinas por mais de duas décadas.

4. A questão racial

Há ainda uma variável a ser matizada e com a qual Cesarino e sua família devem ter se deparado à época da abertura do colégio: a pertença racial. Nessa chave, é importante notar logo de início que nas fontes do século XIX a respeito de Cesarino – e que dão a ver sua classificação racial – ele não aparece classificado como *negro* ou *preto*, terminologia comum à época. Quando esse homem aparece racialmente classificado, como, por exemplo, na *Lista de Habitantes de Campinas* do ano de 1822, vem sob o designativo *pardo*.

Da mesma forma, aparece classificado seis décadas à frente, em 1875, e dessa vez a informação se depreende do *Diário do Imperador do Brasil*, D. Pedro II. Como mostramos na epígrafe

deste trabalho, D. Pedro registrou em seu diário: “O Colégio Perseverança do Cesarino e sua mulher pardos tem muitas meninas e é conceituado”. Se, como dá a entender, D. Pedro II repercute a boa impressão que se tinha a respeito do colégio, o faz sem deixar de indicar a pertença racial dos proprietários. Classificado como pardo na lista de 1822, seguiu Cesarino assim classificado no diário de 1875.

Isso posto, pode-se pensar na hipótese de que talvez Cesarino fosse pardo mesmo, um mestiço. Mas as narrativas de seus descendentes parecem contestar tal hipótese. Em conversa com os descendentes de Cesarino, pude ouvir: “o velho Cesarino, que nasceu em Paracatu, era preto”; “a Daniela leu em algum lugar que o velho era pardo, mas isso não é verdade: era preto”; “era um homem preto que foi viver em Campinas naquele tempo da escravidão”; era “um homem negro”; “um negro na sociedade branca”; “naquele tempo, a família era toda negra”; “o velho fazia parte da elite negra de Campinas”. Esses comentários se deram uns seguidos dos outros e, de maneira geral, evidenciam uma concordância das falas.

Comentários nesse mesmo sentido apareceram por ocasião das entrevistas individuais com alguns de seus descendentes. Realizei uma série de entrevistas semiestruturadas e estruturadas com duas trinetas, um trineto e uma tetraneta de Cesarino. Quando indagados sobre a cor de Cesarino, todos esses entrevistados disseram que ele era negro ou preto. Em uma dessas entrevistas, a tetraneta de Cesarino confessou: “não sei mesmo porque teimam em falar que o meu tetravô era pardo. Todos da família que olham para a fotografia dele dizem que ele é preto”.

Ademais, há uma antiga e conservada fotografia de Cesarino no rico acervo iconográfico da família Cesarino. A partir da segunda metade do século XIX, ocorreu uma relativa popularização da fotografia nos principais centros urbanos brasileiros. A cidade de Campinas, em particular, teve na pessoa de Hércules Florence um dos principais pioneiros dessa técnica e, talvez por conta disso, muitas pessoas que viveram na cidade na segunda metade do século XIX tiveram a oportunidade de serem fotografadas. Antonio Ferreira Cesarino foi uma delas.

Conquanto se possa presumir que as feições de Cesarino não se apresentam totalmente evidentes nessa fotografia, o que não considero ser o caso, deve-se admitir que apresentam-se nítidas no ponto que nos interessa: a imagem nos permite ver um homem por volta de seus 70 anos de idade, bem vestido e negro.

Em face desse registro iconográfico, das narrativas dos seus descendentes e de algumas outras fontes consultadas, uma questão se coloca: por que então Cesarino, preto, era classificado como pardo?

Análises sobre o significado do termo “pardo” no período escravista brasileiro não constituem exatamente uma novidade, haja vista que ensaístas das primeiras décadas do século XX, como Gilberto Freyre, seguidos por brasilianistas e americanistas e por integrantes da Escola Paulista de Sociologia, que se detiveram no tema da mestiçagem, já apontavam o que julgavam ser a singularidade do pardo. Muito embora os autores tivessem visões divergentes sobre o estatuto do mestiço no Brasil escravista, todos concordavam que o pardo era o mestiço de pele mais clara. Daí postularam os sociólogos da Escola Paulista que os mestiços de pele mais clara, chamados pardos, tinham mais chances de se inserir na sociedade e ascender socialmente. Voltando um pouquinho para Gilberto Freyre, é de conhecimento geral que o pardo e as gradações do pardo eram a síntese da integração racial, étnica e cultural dos mestiços.

Sem subestimar a influência que esses autores tiveram nas discussões sobre a sociedade escravista brasileira e a importância de cada um na reflexão sobre pontos específicos, observa-se, contudo, o limite de suas análises quanto aos usos e sentidos dos termos de cor na sociedade escravista brasileira. Grosso modo, pode-se dizer que esses autores pouco problematizaram os (re) arranjos da terminologia racial no período escravista.

Mas a discussão sobre os usos e significados dos termos de cor vem ganhando espaço nos estudos sobre o escravismo brasileiro. Uma série de trabalhos relativamente recentes não apenas chamam a atenção para o complexo jogo classificatório praticado, dando mostras da variedade e ambiguidade dos termos, como também descortinam os sentidos do designativo

“pardo”. Esses estudos também se vertem sobre uma quantidade apreciável de documentação, oferecendo um panorama riquíssimo da terminologia racial e, com acuidade, revelam as especificidades da categoria parda no período escravista.

O historiador Peter Eisenberg, que teve sua atenção voltada ao exame das alforrias na sociedade escravista campineira, foi um dos estudiosos que inauguraram a discussão sobre os usos e sentidos da categoria de cor parda no Brasil escravista. Em sua perspectiva, o termo “pardo” referia-se tanto ao mestiço de pele mais clara como ao afrodescendente livre. Os rebentos de ventre forro seriam livres e também classificados como pardos. Assim, o termo “pardo” não dizia respeito necessariamente à cor dos indivíduos, mas também à condição de viver em liberdade.

Em páginas dedicadas ao exame das relações entre identidade racial, escravidão e cidadania no Brasil oitocentista, Hebe Mattos (2000) apresenta considerações importantes. De acordo com a autora, no final do período colonial, o Brasil contava com uma população de 3.500.000 habitantes, dos quais 40% eram escravos. Em relação aos 60% restantes, 6% eram índios aldeados e os demais classificados uma metade como “brancos” e outra como “pardos”. Para a década de 1780, o contingente de pessoas livres classificadas como pardas era estimado em torno de 1/3 da população.

Do fato de que durante todo o período colonial, e mesmo até várias décadas do século XIX, os termos “negro” e “preto” foram usados *exclusivamente* para designar escravos, procede o argumento de Hebe em relação aos descendentes de africanos, que não se enquadravam mais nesses termos, pois viviam em liberdade e já viviam há algumas gerações.

Sheila do Castro Faria (2004), em um estudo sobre mulheres escravas e libertas que mercadejavam nos arraiais do Rio de Janeiro e de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, apresenta um pensamento parecido com os de Eisenberg e Mattos ao observar que o termo “pardo” não se referia necessariamente à cor da pele, mas à condição de livres dos indivíduos de ascendência africana. Conclui que “pardo, como negro, preto, dentre outras expressões, eram pessoas que não tinham cores diferentes, mas diferentes qualidades”.

Em síntese, de suas análises retém-se que, no período escravista brasileiro, o designativo “negro” confundia-se com a ideia de “escravo”. Já o termo “pardo” não indicava necessariamente a cor mais clara do mestiço ou do mulato, visto que também podia indicar a condição social dos indivíduos, em especial a condição de liberdade.

Mas o que poderia ser interpretado como uma combinação rápida – cor e condição social, juntos, determinando a classificação racial do indivíduo – ganha tratamento apurado no argumento de Silvia Lara (2007). Ao examinar os significados políticos da presença expressiva de escravos e libertos nos centros urbanos da América portuguesa, Silvia evidenciou como esse contingente foi integrado à hierarquia das relações sociais na colônia. Para a autora, cor e condição “[...] não caminhavam de modo direto, mas transversal, passando por zonas em que os dois aspectos se confundiam ou se afastavam, e em que critérios díspares de identificação social estavam superpostos”. A combinação entre cor e condição social não se dava de maneira tão fácil, nem seguia uma regularidade; ao contrário, os efeitos dessa combinação podiam resvalar na assimetria e no embaraço. Se a classificação racial do indivíduo era avisada pelos aspectos cor-condição, era, contudo, especificada nas “zonas” por onde esses aspectos passavam e pelos critérios lá deflagrados. Saber se era mais a cor ou se era mais a condição que tinha maior peso na classificação, dependia de onde e de como essas variáveis estavam sendo postas.

As análises desses estudiosos sobre os usos e sentidos do termo pardo no Brasil escravista são, evidentemente, bem mais elaboradas do que o apresentado acima, mas para os propósitos deste artigo, a indicação parece suficiente. De suas análises, retém-se que, no período escravista, o termo “pardo” não necessariamente indicava a cor mais clara do mestiço ou do mulato, visto que também podia indicar a condição social dos indivíduos, em especial, a condição de liberdade. Em suma, “pardo” era um termo que podia combinar aspectos da cor e da condição social, mas tal combinação não era simétrica e a ênfase

em um aspecto ou outro dependia do contexto. Eram pardos mediante os olhos dos outros; ou seja, para serem considerados pardos, os indivíduos dependiam do reconhecimento social de sua condição de liberdade, que era constituída, vale dizer, pelas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam.

Livre ou liberto, conhecedor das letras e dos números, protegido por um homem que foi a maior autoridade de Campinas durante longos anos, tais foram as disposições que se inscreveram na trajetória de Cesarino. Na fazenda em que viveu após a morte do pai, sua condição legal não se confundia com a condição legal dos outros negros: Cesarino vivia trabalhando na fazenda, enquanto os outros negros viviam como cativos; sabia ler e escrever, coisa pouco comum na época. Após deixar a fazenda, Cesarino experimentou diversos ofícios (carpinteiro, músico, mascate, alfaiate e professor) e, anos mais tarde, fundou um colégio na cidade, inserindo-se em uma bem constituída rede de relações e estabelecendo-se como cabeça de uma família cujos membros eram conhecidos e respeitados na cidade. Assim, Cesarino não poderia ter sido classificado como negro.

Como mostra a historiografia, na sociedade escravista brasileira, a classificação de um indivíduo em uma determinada categoria de cor se dava de acordo com a sua condição social. Se, até as últimas décadas do século XVIII, a cor se apresentava como um mecanismo de distinção social cujo sentido se fundamentava, na maior parte das vezes, na condição de liberdade dos brancos e de escravidão dos negros, na virada daquele século, quando muitos negros, homens e mulheres alcançaram a condição de livres, os sentidos a respeito da cor foram ganhando contornos ampliados. A experiência do cativo já não concernia a muitos negros e, por isso mesmo, a terminologia racial teve que se ajustar a essa realidade e dar conta da população negra, não escrava e distinta em seu conjunto. Dessa maneira, procede que havia marcadas diferenças sociais acompanhando os negros escravos e não escravos. Com efeito, considero que a cor foi o sinal diacrítico mais acionado para explicitar marcadamente as diferenças entre o “nós” e os “outros”, fossem eles brancos,

negros, escravos libertos, negros livres ou negros em processo de ascensão social. O termo “pardo” funcionava também como um sinal diacrítico acionado para explicitar a diferença entre “ele”, Cesarino, e os “outros” negros.

Naquele contexto, os signos que os indivíduos alçavam e os que a sociedade julgou importantes para se representar não foram primordialmente a língua, a religião, a vestimenta ou outros caracteres, mas os designativos de cor. Desse modo, o termo “pardo”, embora possa ser considerado um mediador fixo, deveria ser visto mais como uma modalidade oposicional e, no conjunto dos outros termos, apresentava-se como um sinal diacrítico que acentuava, simplificava e enrijecia a diferença.

Em uma sociedade racialmente hierarquizada, mas afeita a lógicas raciais contextuais, o termo “pardo” inseria-se em uma taxonomia *a fortiori*, classificatória e contextual, mas que não era estática, pois atualizava-se de acordo com interesses e situações.

Evidentemente, a experiência social de Antonio Ferreira Cesarino não foi única, pois não se desconhecem as trajetórias de negros que ascenderam a posições sociais ao longo do século XIX e distinguiram-se nas artes, nas letras, nas ciências e na política, como é o caso de José do Patrocínio, Luís Gama, Juliano Moreira, Cruz e Souza e os irmãos Rebouças, por exemplo. Provavelmente, assim como Cesarino, os homens perfilados acima souberam operar as possibilidades contextuais disponíveis. Cesarino vivenciou um contexto marcado por uma rígida hierarquização social, mas seguia operando as possibilidades disponíveis e, em razão de uma série de combinações, pôde mover-se no contexto escravista brasileiro.

Entendo Cesarino como um homem que se atinha às suas relações sociais e as valorizava; atento às suas possibilidades e alcances, fato que pode ser apreendido pelas diversas profissões que teve, pela empreitada de abertura e manutenção do colégio em uma sociedade escravista e pelas alianças pessoais que estabeleceu. Vê-se, assim, um movimento pendular entre as relações que travava no interior da sociedade em que vivia e sua autoafirmação como indivíduo nessa sociedade. Esse foi o portar-se de um professor negro na escravocrata cidade de Campinas.

Referências

Arquivo Edgar Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, Brasil.

Arquivo Histórico do Museu Imperial, Petrópolis/RJ, Brasil.

Centro de Memória, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, Brasil.

Fundo Antonio Ferreira Cesarino Júnior, Centro de Memória, Universidade Estadual de Campinas.

Fundo Jolumá Brito, Centro de Memória, Universidade Estadual de Campinas.

Lista Nominativa dos Habitantes Existentes na Vila de São Carlos de 1822, Arquivo Edgar Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas.

Diário do Imperador D. Pedro II, Arquivo Histórico do Museu Imperial, Petrópolis/RJ.

“Relatório do Presidente da Província de São Paulo de 1865”. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/sao.htm>→Collections→Digital Collections→Collections→Brazilian Government Documents→Browse→Provincial President Reports (1830-1930)→São Paulo→Anexos do relatório → A1-34→ Collegios Particulares do Sexo Feminino>. Consultada em 15 de janeiro de 2012.

BARBOSA, I. M. F. *Enfrentando preconceitos: um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades*. Campinas: Área de Publicações do Centro de Memória da Unicamp, 1997.

CHALHOUB, S. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

EINSENBURG, P. *Homens esquecidos*. Escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

FARIA, S. C. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. 2004. 157f. Tese de Doutorado em História - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.

FARJALLAT, C. S. O primeiro capitão mor de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 16 de janeiro (Nossa terra e nossa gente), 1972.

KABENGELE, D. C. *A trajetória do “pardo” Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês*. 2012. 224f. Tese de Doutorado em Antropologia Social - Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

LAPA, J. R. A. *A cidade: os cantos e os antros*: Campinas: 1850-1900. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LARA, S. H. *Fragmentos setecentistas*: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. *Evolução da Sociedade Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MARTINS, V. *Nem senhores, nem escravos*: os pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850. Campinas: Área de publicações do Centro de Memória da Unicamp, 1996.

MATTOS, H. M. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil XIX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

MATTOS, H. M. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

RIBEIRO, A. I. *A educação feminina durante o século XIX: o colégio Florence de Campinas (1863-1869)*. Campinas: Área de publicações do Centro de Memória da Unicamp, 2006.

RIBEIRO, M. L. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.

VIOTTI DA COSTA, E. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.